

Barigüi S.A. -
Crédito,
Financiamento e
Investimentos

**Demonstrações financeiras
consolidadas do
Conglomerado Prudencial
em 31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - consolidado prudencial	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Diretores e Conselho de Administração da
Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Financeira é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas Explicativas nº 2 e 4, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração da Financeira, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das



exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Financeira. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Base para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da Financeira para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 24 de março de 2016.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 30 de novembro de 2015 com ressalva relacionada a limitação de escopo no exame das demonstrações financeiras individuais do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado ("FIDC"), o qual fazia parte das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Financeira.

Curitiba, 14 de dezembro de 2016.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

BARIGÚI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014		Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE		189.765	178.588	CIRCULANTE		134.056	187.976
Disponibilidades	5	1.738	1.921	Depósitos	13.a	27.693	65.387
Aplicações Interfinanceira de liquidez		46.805	32.539	Depósitos interfinanceiros		23.110	15.628
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5 / 6	46.805	32.539	Depósitos a prazo		4.583	49.759
Títulos e valores mobiliários		8.476	6.968	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	74.267	72.996
Cotas de fundos de investimentos	7	8.476	6.442	Letras de crédito imobiliário		30.576	47.830
Instrumentos financeiros derivativos		-	526	Recursos de aceites cambiais		43.691	25.166
Operações de crédito	8	122.479	127.244	Outras obrigações		32.096	49.593
Setor privado		130.736	132.784	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		129	126
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(8.257)	(5.540)	Sociais e estatutárias		2.365	1.185
Outros créditos	9	2.411	2.922	Fiscais e previdenciárias	14	3.042	2.104
Crédito tributários		843	955	Diversas	15	26.560	46.178
Diversos		1.568	1.967				
Outros valores e bens	10	7.856	6.994	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		311.363	207.894
Bens não de uso		3.750	3.127	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		265.763	167.783
Outros valores e bens		4.106	3.867	Depósitos	13.a	22.102	13.189
ATIVO NÃO CIRCULANTE		255.654	217.282	Depósitos interfinanceiros		-	5.397
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		254.953	216.590	Depósitos a prazo		22.102	7.792
Operações de crédito	8	245.739	207.626	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	241.194	137.837
Setor privado		249.302	210.513	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		127.599	94.278
(-)Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.563)	(2.887)	Recursos de letras de crédito imobiliário		113.595	43.559
Outros créditos	9	3.202	2.406	Outras obrigações		2.467	16.757
Diversos		559	237	Diversas	15	1.852	16.145
Crédito tributários		2.970	2.248	Dívida subordinada elegível a capital	16	615	612
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(327)	(79)	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		2.085	-
Outros valores e bens	10	6.012	6.558	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	43.515	40.111
Outros valores e bens		5.635	6.162	Capital social	18.a	23.000	21.353
Bens não de uso		1.577	1.550	De domiciliados no país		20.000	21.353
(-)Provisão por <i>impairment</i>		(1.200)	(1.154)	Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		3.000	-
PERMANENTE		701	692	Reservas de capital			
Investimentos		4	4	Reservas de lucros		20.515	18.758
Outros investimentos		4	4	Reserva legal	18.b	1.898	1.506
Imobilizado de uso	11	542	525	Outras reservas de lucro	18.c	18.617	17.252
Outras imobilizações de uso		1.514	1.416				
(-)Depreciação acumulada		(972)	(891)	TOTAL DO ATIVO		445.419	395.870
Intangível	12	155	163	TOTAL DO PASSIVO		445.419	395.870
Licenciamento e uso de software		471	432				
(-)Amortização acumulada		(316)	(269)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BARIGÜI S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º sem/15	2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.452	100.297	66.998
Operações de crédito	8.b	51.097	92.890	65.334
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		4.355	7.407	1.664
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(38.257)	(68.267)	(38.226)
Operações de captação no mercado	13.b	(29.662)	(54.195)	(32.390)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	23	122
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(8.595)	(10.789)	(5.958)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		-	(3.306)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		17.195	32.030	28.772
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.532)	(19.563)	(18.586)
Receita de prestação de serviços		1.637	4.202	2.559
Despesas de pessoal		(3.340)	(6.628)	(6.376)
Despesas administrativas	21	(9.011)	(17.527)	(14.888)
Despesas tributárias		(1.112)	(2.342)	(2.073)
Outras receitas operacionais		1.953	3.758	2.313
Outras despesas operacionais		(659)	(1.026)	(121)
RESULTADO NÃO OPERACIONAIS		(383)	7	(177)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		6.280	12.474	10.009
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22	(1.347)	(2.718)	(2.953)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(1.345)	(3.327)	(3.504)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(2)	609	551
PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS		(445)	(711)	(638)
PARTICIPAÇÃO NÃO CONTROLADORES		(242)	(1.207)	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO		4.246	7.838	6.418
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO		(1.252)	(2.398)	(1.750)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 DE 2014
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
			Reserva Legal	Reserva Estatutária/Especial		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2014	21.180	-	1.270	13.409	-	35.859
Adiantamento para aumento de capital	-	350	-	-	-	350
Aumento de capital	350	(350)	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	6.418	6.418
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	249	3.653	(3.902)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.750)	(1.750)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(766)	(766)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	21.530	-	1.519	17.062	-	40.111
Mutações do exercício	350	-	249	3.653	-	4.252
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	21.530	-	1.519	17.062	-	40.111
Ajustes prudenciais de participantes não controladores	(1.530)	-	(13)	190	-	(1.353)
Aumento de Capital	3.000	-	-	(3.000)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	7.838	7.838
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	392	4.745	(5.137)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.398)	(2.398)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	(380)	(303)	(683)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	23.000	-	1.898	18.617	-	43.515
Mutações do exercício	1.470	-	379	1.555	-	3.404
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2015	20.000	-	1.686	19.003	-	40.689
Aumento de Capital	3.000	-	-	(3.000)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	4.246	4.246
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	212	2.614	(2.826)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(168)	(168)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	23.000	-	1.898	18.617	-	43.515
Mutações do semestre	3.000	-	212	(386)	-	2.826

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO PRUDENCIAL
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º sem/15	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/exercício		4.246	7.838	6.418
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre/exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações		90	167	214
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		8.595	10.789	5.958
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		39	131	176
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes		1.345	3.327	3.504
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2	(609)	(551)
Participação dos empregados		445	711	638
Participação não controladores		242	1.207	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(740)	(1.590)	(1.842)
Movimentação de ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) Redução títulos e valores mobiliários		1.388	(1.508)	12
(Aumento) redução operações de crédito		(16.452)	(30.124)	(78.903)
(Aumento) Redução outros créditos		761	(285)	1.097
(Aumento) Redução outros valores e bens		(259)	(316)	(3.193)
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros		1.680	2.085	14.902
Aumento (redução) depósitos a prazo		(25.597)	(30.866)	18.003
Aumento (redução) recursos de aceites cambiais		22.587	51.846	39.123
Aumento (redução) letras de crédito imobiliário		23.939	52.782	33.467
Aumento (redução) cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		(143)	3	(32)
Aumento (redução) instrumentos financeiros derivativos		-	-	(2.054)
Aumento (redução) obrigações sociais e estatutárias		1.331	1.180	(510)
Aumento (redução) obrigações fiscais e previdenciárias		1.355	938	(2.950)
Aumento (redução) outras obrigações		(27.724)	(51.227)	(10.622)
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		(2.870)	16.479	22.855
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Redução (aumento) imobilizado de uso		(80)	(17)	(117)
(Aplicação) redução em intangível		22	8	(118)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(58)	(9)	(235)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos		(668)	(2.387)	(1.250)
Aumento de capital		-	-	350
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(668)	(2.387)	(900)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(3.596)	14.083	21.720
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		52.139	34.460	12.740
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício		48.543	48.543	34.460

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”) tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com interveniência de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

Também fazem parte do conglomerado prudencial as seguintes instituições:

A Barigüi Companhia Hipotecária (“Hipotecária”), controlada pela Financeira (94%), foi constituída em 16 de maio de 2011 na forma de sociedade anônima de capital fechado, estando autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil a partir de 27 de setembro de 2011 tendo iniciado suas atividades em 10 de janeiro de 2012. A Hipotecária, integrante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos; b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.

O Fundo de Investimentos Creditórios Barigüi Crédito Consignado (“FIDC”), o qual foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de junho de 2011, com prazo determinado de duração. O objetivo do FIDC é a captação de recursos para aquisição de Direitos Creditórios oriundos de empréstimos concedidos pela Financeira a Devedores, representados por CCBs, cujos pagamentos sejam efetuados por meio de consignação em benefícios ou folha de pagamentos.

A Barigüi Securitizadora S.A. (“SEC”) a qual tem como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que seja compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

a. Base de elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Em 31 de outubro de 2013, o Conselho Monetário Nacional emitiu a Resolução 4.280, requerendo que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, devam elaborar e apresentar demonstrações consolidadas do Conglomerado Prudencial, incluindo os dados relativos às entidades sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto, localizadas no país ou no exterior, considerando-se as seguintes características:

- a) Instituições financeira;
- b) Demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- c) Administradoras de consórcio;
- d) Instituições de pagamento;
- e) Sociedades que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e
- f) Outras pessoas jurídicas sediadas no País que tenham objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas no incisos a) e e).
- g) Os fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado prudencial, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios também devem integrar as demonstrações contábeis consolidadas.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tem a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN e não se confundem com as demonstrações contábeis consolidadas para fins gerais, as quais são objeto de outros normativos do CMN e BACEN. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações, é a Barigui Financeira.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, incluem as demonstrações da Barigui Financeira e das entidades abaixo listadas. Os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre as instituições foram eliminados. As demonstrações do FIDC e da SEC tiveram seus critérios adaptados às práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial são apresentadas abaixo:

- Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”)
- Barigui Companhia Hipotecária (“Hipotecária”)

- Barigui Securitizadora S.A. (“SEC”)
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (“FIDC”)

4. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial são:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, “pro rata” dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

e) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela

Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

i. Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério “*pró rata dia*”. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito do Conglomerado são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas, financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

ii. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencidos superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível “A”, conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação até que ao menos duas parcelas da nova dívida renegociada sejam recebidas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

iii. Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

g) Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

- i. Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação; e
- ii. Despesas incorridas na constituição do FIDC, no qual a Financeira tem participação e que estão sendo amortizadas pelo prazo de vigência do FIDC.
- iii. Comissões pagas a correspondentes credenciados que são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, sendo o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e da Circular Bacen nº 3.378/14, conforme abaixo:
 - (a) 2015: reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses;
 - (b) 2016: reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses; e
 - (c) 2017: reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

h) Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Financeira são:

	Taxa - % a.a.
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%

i) Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Software	<u>Taxa - %</u> 20% a.a.
----------	-----------------------------

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base “*pro-rata*” dia).

k) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (*impairment*)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

m) Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

n) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões: são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

o) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 9% (para SEC e Hipotecária) e 20% (para a Financeira) do lucro tributável.

Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Lei 11.169/2015

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras de 15% para 20%.

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 (“MP”) convertida na Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. O aumento dos saldos dos créditos tributários decorrentes dessa elevação de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terão sua realização de acordo com o estudo dos critérios tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução do CMN nº 3.059 e Circular nº 3.171, nas quais fora, cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos.

O efeito da majoração da alíquota não se aplica para as demais companhias integrantes do Conglomerado Prudencial.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

q) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intercompanhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intercompanhias, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades		
Caixa	8	8
Depósitos bancários	1.730	1.913
Aplicações interfinanceiras (a)	46.805	32.539
TOTAL	48.543	34.460

- (a) As aplicações financeiras apresentadas na nota 6 com vencimento inferior a 90 dias foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	31/12/2015		31/12/2014	
	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	101% CDI	42.804	100,23% CDI	27.637
DI (pré)	14,10% a.a.	4.001	10,85%	4.902
Total		46.805		32.539

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão representados por cotas do fundo de investimentos BEM Fundo de Investimento Referenciado DI - TPF no valor de R\$ 8.476 (R\$ 6.442 em dezembro de 2014).

8. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital de giro	107.593	8.172
Crédito pessoal	211.485	202.482
CDC	7.186	27.181
Financiamentos imobiliários	53.774	105.462
Total	380.038	343.297
Circulante	130.736	132.784
Não circulante	249.302	210.513

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Setor Privado:				
Indústria	6.624	1,74%	87	0,03%
Comércio	4.130	1,09%	2.075	0,60%
Outros serviços	4.402	1,16%	11.757	3,42%
Pessoa física	<u>364.882</u>	<u>96,01%</u>	<u>329.378</u>	<u>95,95%</u>
Total	<u>380.038</u>	<u>100,00%</u>	<u>343.297</u>	<u>100,00%</u>

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi 1,4901% a.m. e a taxa máxima foi de 4,1599% a.m. (em 2014 taxa mínima 1,1706% a.m. e máxima 7,6% a.m.), enquanto que para os contratos firmados pela controlada a taxa mínima no exercício foi de 0,4583% + CDI a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m. (em 2014 taxa mínima 0,7092% a.m. + IGP-M e máxima 2,2500% a.m.). No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 o Conglomerado Prudencial auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 51.097 e R\$ 92.890 (R\$ 65.334 em 31 de dezembro de 2014).

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	2º Sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	(6.815)	(8.427)	(6.649)
Constituição	(8.595)	(10.789)	(5.958)
Baixa para prejuízo	<u>3.590</u>	<u>7.396</u>	<u>4.180</u>
Total	<u>(11.820)</u>	<u>(11.820)</u>	<u>(8.427)</u>
Circulante	(8.257)	(8.257)	(5.540)
Não circulante	(3.563)	(3.563)	(2.887)

Foram registrados na rubrica contábil “recuperação de créditos baixados como prejuízo”, no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 1.493 e R\$ 2.125 respectivamente (R\$ 1.818 em 31 de dezembro de 2014).

As operações de crédito renegociadas e/ou refinanciados, que referem-se as operações objeto de prorrogação, novação, que tenham sido concedidas para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, totalizaram o montante de R\$ 107.846. Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

c.2 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor				2015		2014	
			Indústria	Comércio	Outros Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão
AA	Normal	0,00%	-	-	-	518	518	-	7.097	-
A	Normal	0,50%	6.610	1.335	188	325.871	334.004	(1.670)	306.178	(1.530)
	Vencido		-	-	-	989	989	(5)	819	(4)
B	Normal	1,00%	-	2.598	126	1.810	4.534	(45)	876	(9)
	Vencido		-	-	84	5.040	5.124	(51)	8.986	(90)
C	Normal	3,00%	-	-	3.586	7.526	11.112	(333)	394	(12)
	Vencido		-	49	70	9.494	9.613	(288)	6.979	(209)
D	Normal	10,00%	-	-	-	371	371	(37)	304	(30)
	Vencido		-	-	-	2.310	2.310	(231)	3.946	(395)
E	Normal	30,00%	-	-	-	282	282	(85)	154	(46)
	Vencido		-	15	-	1.452	1.467	(440)	1.184	(355)
F	Normal	50,00%	-	-	-	53	53	(27)	103	(52)
	Vencido		-	-	62	1.467	1.529	(765)	711	(356)
G	Normal	70,00%	-	-	-	116	116	(81)	92	(64)
	Vencido		14	74	19	740	847	(593)	665	(466)
H	Normal	100,00%	-	-	-	200	200	(200)	232	(232)
	Vencido		-	59	267	6.643	6.969	(6.969)	4.577	(4.577)
Total			6.624	4.130	4.402	364.882	380.038	(11.820)	343.297	(8.427)
Circulante							130.736	(8.257)	132.784	(5.540)
Não Circulante							249.302	(3.563)	210.513	(2.887)

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$10.128 e R\$ 16.834 respectivamente (R\$ 16.797 em dezembro de 2014). A taxa média dos créditos adquiridos no período em questão foi de 1,3164% e 1,2843%. O objetivo de tais aquisições foi realizado no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócio. Estas operações auferiram renda no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no total de R\$ 1.696 e R\$ 3.190 respectivamente (R\$ 1.049 em dezembro de 2014).

9. Outros créditos

O saldo da conta “outros créditos diversos” está composto pelos seguintes valores:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Adiantamentos	126	124
Créditos tributários (nota 22)	843	955
Impostos a recuperar	1.002	242
Títulos e créditos a receber (a)	51	193
Devedores diversos (b)	139	921
Cientes a receber	1	308
Outros (c)	248	179
	<u>2.411</u>	<u>2.922</u>
Não circulante		
Títulos e créditos a receber (a)	327	139
Créditos tributários (nota 22)	2.970	2.248
Provisão para outros créditos	(327)	(79)
Outros (c)	232	98
	<u>3.202</u>	<u>2.406</u>

- (a) Os valores inscritos em “Títulos e Créditos a Receber”, tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 27 saldos a receber referentes às cessões de créditos a receber junto ao Banco Bradesco S.A. (R\$ 141 em dezembro 2014); (ii) R\$ 103 saldos de falta de repasses de órgãos públicos (R\$191 em dezembro 2014) e (iii) valores sem características de concessão no montante de R\$ 248.
- (b) Os valores inscritos em “devedores diversos” estão representados basicamente por: (i) R\$ 10 cheques devolvidos no recebimentos de parcelas (R\$ 478 em dezembro de 2014);(ii) R\$ 7 adiantamento para correspondentes para originação de operação de crédito (R\$ 128 em dezembro de 2014); (iii) R\$ 34 corresponde a valores pagos para os processos de execução de garantias; e (iv) R\$ 6 correspondem a outros; (v) R\$ 64 serviços de terceiros na originação de operações; (vi) R\$ 5 referem-se a valores para pagos para consolidação de propriedade e; (vii) R\$ 13 referem-se a pagamentos antecipados de custas de cartório, dos quais serão integrados ao contrato de financiamento (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2014).
- (c) Os valores inscritos em “outros”, são compostos por; (i) R\$ 101 devedores por depósitos em garantia; (ii) R\$ 127 referem-se a bloqueios judiciais; (iii); (iv) R\$ 195 referem-se a devedores para compra de valores e bens (R\$ 68 em dezembro de 2014); (vi) R\$ 57 referem-se a FGTS a ressarcir.

10. Outros valores e bens

O saldo do grupo “Outros valores e bens” está composto por bens não de uso e despesas antecipadas, sendo que estas últimas serão apropriadas ao resultado em períodos futuros.

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Despesas antecipadas:		
Seguros	6	4
Serviços especializados	41	-
Corretagens	86	68
Estruturação FIDC	72	179
Comissões (a)	3.545	3.616
Bens não de uso - Imóveis (b)	4.106	3.127
Total	<u>7.856</u>	<u>6.994</u>
Não circulante		
Despesas antecipadas:		
Corretagens	95	109
Estruturação FIDC	-	72
Comissões (a)	5.540	5.981
Bens não de uso - Imóveis(b)	1.577	1.550
(-) Provisão por <i>impairment</i> (c)	(1.200)	(1.154)
Total	<u>6.012</u>	<u>6.558</u>

- (a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (b) Em 31 de dezembro de 2015 ocorreram consolidações de propriedades no montante de R\$ 3.789 (R\$ 2.990 em 31 de dezembro de 2014). O valor total dos imóveis retomados representa R\$ 5.683 (R\$ 4.677 em 31 de dezembro de 2014).
- (c) A provisão de R\$ 1.200 para perda de imóveis consolidados (R\$ 1.154 em 31 de dezembro de 2014), refere-se a R\$ 762 para os imóveis que se encontram em disputa judicial e R\$ 438 para imóvel com desvalorização, por decisão da administração.

11. Imobilizado de uso

Movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	(-)Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Móveis e equipamentos de uso	390	57	-	-	447
Equip. de informática	701	57	(2)	-	756
Veículos	325	138	(152)	-	311
Depreciação acumulada	(891)	-	69	(150)	(972)
Total	<u>525</u>	<u>252</u>	<u>(85)</u>	<u>(150)</u>	<u>542</u>

Em 31 de dezembro de 2015, não foram identificados indícios de *impairment* que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

12. Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	(-)Depreciação	Saldo em 31/12/2015
Sistema de Processamento de dados	432	39	-	-	471
Amortização Acumulada	(269)	-	-	(47)	(316)
Total	163	39	-	(47)	155

13. Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Depósitos interfinanceiros	16.949	6.161	-	23.110	21.025
Depósitos a prazo	-	4.583	22.102	26.685	57.551
Total	16.949	10.744	22.102	49.795	78.576
Circulante				27.693	65.387
Não circulante				22.102	13.189

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 10.098 (R\$ 7.545 em 31 de dezembro de 2014).

b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	31/12/2015			31/12/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Saldo Total
Letras de Câmbio	8.363	34.649	127.599	171.290	119.444
Letras de Crédito Imobiliário	11.435	19.141	113.595	144.171	91.389
Total	20.477	53.790	241.194	315.461	210.833
Circulante				74.267	72.996
Não circulante				241.194	137.837

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 37.416 (R\$ 18.342 em 31 de dezembro de 2014).

b.1 Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas depósitos interfinanceiros	(1.688)	(3.006)	(1.453)
Despesas depósitos a prazo	(2.887)	(7.092)	(6.092)
Despesas aceites cambiais	(12.727)	(21.417)	(10.784)
Despesas letras de crédito imobiliário	(9.634)	(15.999)	(7.558)
Despesas letras financeiras subordinadas (nota 16)	(50)	(93)	(77)
Despesas de Obrigações por cotas de fundos de investimentos	(2.258)	(5.736)	(5.579)
Contribuição ao FGC	(375)	(784)	(811)
Outros	(43)	(68)	(36)
Total	<u>(29.662)</u>	<u>(54.195)</u>	<u>(32.390)</u>

14. Obrigações fiscais e previdenciárias

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda	1.677	911
Contribuição social	620	639
Outros (a)	<u>745</u>	<u>554</u>
TOTAL	<u>3.042</u>	<u>2.104</u>

- (a) Referem-se: i) R\$ 70 impostos retidos sobre serviços de terceiros (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2014), (ii) R\$ 333 impostos e contribuições sobre salários (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2014), (iii) R\$ 90 imposto retido JCP (R\$ 80 em 31 de dezembro de 2014) e; (iv) R\$ 252 contribuição ao Pis / Cofins e ISS (R\$ 181 em 31 de dezembro de 2014).

15. Outras obrigações - Diversas

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante		
Despesas de pessoal	518	407
Outras provisões	2.229	1.269
Credores diversos - país (a)	3.258	5.387
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (b)	20.245	38.902
Outros	<u>310</u>	<u>213</u>
Total	<u>26.560</u>	<u>46.178</u>
Não circulante		
Provisões para contingências (nota 17)	464	400
Credores diversos - país (a)	1.388	243
Obrigações vinculadas a cessão de crédito (b)	<u>-</u>	<u>15.502</u>
Total	<u>1.852</u>	<u>16.145</u>

- (a) O saldo em “credores diversos - país” está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas e não identificadas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 1.262 (R\$ 1.736 em 31 de dezembro de 2014) ; (ii) R\$ 75 referem-se a provisões para pagamento ao FGC e; (iii) R\$ 1.062 referem-se a contratos a liberar (R\$ 3.020 em 31 de dezembro de 2014); (iv) a parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 86 (R\$ 107 em 31 de dezembro de 2014); (v) recebimentos antecipados de operações de aquisição de

carteiras sendo: seguros no montante de R\$ 309 (R\$ 255 em 31 de dezembro de 2014) será repassado às seguradoras e a taxa de administração no montante de R\$ 986 (R\$ 194 em 31 de dezembro de 2014) será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; (vi) equalização de taxas no montante de R\$ 181 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2014); (vii) deságio das carteiras adquiridas de R\$ 240 que será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; e (viii) valores relativos a repasses por cobrança no montante de R\$ 445.

- (b) Referem-se às cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (FIDC) não pertencentes ao grupo as quais foram classificadas no passivo circulante e não circulante.

16. Outras obrigações - dívidas subordinadas

Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à CETIP e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Bacen.

Em 31 de dezembro de 2015 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 615 (R\$ 612 em 31 de dezembro de 2014). Foram reconhecidos, no semestre e exercício em questão, como despesas de captação no mercado, o montante de R\$ 50 e R\$ 93 respectivamente (R\$ 77 em 31 de dezembro de 2014).

17. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não foram reconhecidos na Financeira nem em sua controlada ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhista

b.1 Ações cíveis, trabalhistas e fiscais

Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda praticamente certo e/ou provável a Companhia efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período

Em 31 de dezembro de 2015, a Financeira possui contabilizada provisão para ações cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 464 (R\$ 400 em 31 de dezembro de 2014), conforme movimentação demonstrada abaixo:

	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Anterior	458	400	322
Constituição/(Reversão)	39	131	176
Pagamentos	<u>(33)</u>	<u>(67)</u>	<u>(98)</u>
Total	<u>464</u>	<u>464</u>	<u>400</u>

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2015 por processos de natureza cível no montante de R\$ 870 (R\$ 381 em 31 de dezembro de 2014).

Não há processos de naturezas trabalhista e fiscal classificados como risco de perda possível.

e. Órgãos Reguladores/Fiscalizadores

Não existe em curso processo administrativo por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais do Sistema Financeiro Nacional, em especial o Banco Central do Brasil.

18. Patrimônio líquido

a. Capital Social

O quadro de acionistas está representado da seguinte forma:

Acionistas	Nº de ações	Total do Capital Social Prudencial (R\$)
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	7.175.792	7.176
Enio Fornea Junior	2.760.827	2.761
Ivo Luiz Roveda	5.676.515	5.676
Antonio Bordin Neto	1.636.864	1.637
Paulo de Paula Abreu	1.150.000	1.150
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	<u>4.600.000</u>	<u>4.600</u>
Total	<u>23.000.000</u>	<u>23.000</u>

A quantidade de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 do conglomerado é de 23.000.000 (vinte e três milhões) ações ordinárias, sem valor nominal, após a eliminação da participação da controlada.

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d. Dividendos

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações.

No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, a Financeira propôs dividendos no montante de R\$ 168 e R\$ 303 respectivamente, sendo que em abril de 2015 pagou antecipadamente R\$ 380, totalizando dividendos de R\$ 683 no exercício (R\$ 766 em 31 de dezembro de 2014).

Em abril de 2015 houve pagamento no montante de R\$ 225 referente aos dividendos propostos em 2014, e em agosto de 2015 o pagamento no montante de R\$ 135 referentes aos dividendos propostos no 1º semestre de 2015. A Hipotecária pagou dividendos no montante R\$ 248 propostos em exercícios anteriores.

e. Juros sobre capital próprio

A Financeira provisionou para pagamento no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante R\$ 1.252 e R\$ 2.398 respectivamente (R\$ 1.750 em 31 de dezembro de 2014) a título de remuneração do capital próprio com base na taxa referencial de juros "TJLP", deste montante R\$ 1.399 foram pagos em 2015.

f. Participação de não controladores

A participação de não controladores refere-se a 6% de participação da Barigui Companhia Hipotecária e 100% do patrimônio líquido da Barigui Securitizadora S.A.. Os valores apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido - DMPL na linha de participação de não controladores incluem ajustes referente ao exercício anterior, a fim de refletir adequadamente a segregação do patrimônio líquido entre controladores e não controladores em 31 de dezembro de 2014. Pela imaterialidade dos valores e por tratar-se apenas de reclassificação da DMPL, a administração optou por não refletir estes ajustes nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2014, anteriormente apresentados.

19. Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	31/12/2015				31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado do semestre	Resultado de exercício	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Pessoas físicas</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	13.860	(1.103)	(2.152)	-	45.899	(5.463)
Letra de crédito imobiliário	-	38.104	(2.537)	(4.408)	-	21.069	(1.890)
Remuneração administradores	-	-	(177)	(425)	-	1	(288)
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	863	(863)	(1.651)	-	984	(1.750)
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	-	14.912	(1.762)	(4.326)	-	45.868	(6.898)
<u>DP Cruz</u>							
Prestação de serviços de assessoria	-	1	(49)	(84)	-	7	(91)
<u>Bordin Administração e Incorporações Ltda.</u>							
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	384	(390)	(747)	-	203	(546)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.137	(488)	(840)	-	4.920	(486)
<u>Barigui Veículos Ltda</u>							
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	3	(42)	(84)	-	2	(105)
Letra financeira subordinada	-	615	(49)	(92)	-	612	(77)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	10.117	(634)	(1.043)	-	5.012	(1.076)
<u>Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.</u>							
Prestação de serviços correspondente bancário	799	108	(478)	(1.439)	501	142	(1.491)

Descrição	31/12/2015				31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado do semestre	Resultado de exercício	Ativo	Passivo	Resultado
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	172	(2)	(4)	-	-	(6)
<u>Central Brasileira de Cobrança Ltda.</u>							
Prestação de serviços de cobrança	-	181	(310)	(643)	-	101	(2.000)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	338	(15)	(37)	-	-	(16)
<u>Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.</u>							
Prestação de serviços correspondente bancário	913	-	(159)	(393)	1.273	-	(448)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	(1)	(3)	-	1	(6)
<u>Enio Fornea & Cia Ltda.</u>							
Aluguéis	-	10	(62)	(110)	-	8	(90)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.462	(387)	(698)	-	-	-
<u>Barigui Corretora de Seguros</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	(182)	(402)	-	-	-
<u>Center Automóveis Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.013	(363)	(661)	-	-	-
<u>Espaço Automóveis Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.461	(500)	(917)	-	-	-
<u>GFA Incorporações Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	3.756	(266)	(480)	-	-	-

Descrição	31/12/2015				31/12/2014		
	Ativo	Passivo	Resultado do semestre	Resultado de exercício	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Amambahy Participações Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.127	(80)	(127)	-	-	-
<u>Fórmula Automóveis Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	12.037	(852)	(1.537)	-	-	-
<u>Instituto Barigui</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	807	(25)	(62)	-	-	-
<u>Marumbi Investimentos Ltda</u>							
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	169	(7)	(8)	-	-	-

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

20. Política de remuneração

Em atendimento à Resolução CMN 3.921, de 25 de novembro de 2011, o Conglomerado remunera alguns de seus membros da Diretoria Executiva, sendo esta remuneração de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável.

O valor no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 está representado por R\$ 174 e R\$ 342 respectivamente (R\$ 197 em 31 de dezembro de 2014).

21. Despesas administrativas

	<u>2º sem/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Despesas de aluguel	(111)	(188)	(161)
Despesas de comunicação	(238)	(478)	(433)
Despesas de processamento de dados	(372)	(703)	(780)
Despesas com relações públicas	(22)	(38)	(48)
Despesas com propaganda e publicidade	(100)	(262)	(260)
Despesas de seguros	(6)	(12)	(30)
Despesas serviço sistema financeiro	(492)	(1.307)	(806)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(5.689)	(10.831)	(9.264)
Despesa com serv. téc. especializados	(984)	(1.772)	(1.531)
Despesas com depreciação/amortização	(90)	(167)	(214)
Despesas com viagens	(210)	(315)	(171)
Despesa de transporte	(51)	(99)	(100)
Despesas judiciais e cartório	(31)	(89)	(357)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(45)	(121)	(205)
Outras despesas	(570)	(1.145)	(528)
Total	<u>(9.011)</u>	<u>(17.527)</u>	<u>(14.888)</u>

- (a) No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, refere-se substancialmente à, (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no montante R\$ 3.342 e R\$ 6.515 (R\$ 5.944 em dezembro de 2014), (ii) assessoria de cobrança R\$ 910 e R\$ 1.680 (R\$2.226 em dezembro de 2014) e (iii) custos de repasse à órgãos públicos R\$ 369 e R\$ 730 (R\$598 em dezembro de 2014).

22. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
<u>Impostos correntes</u>			
Imposto de renda corrente	(1.041)	(2.454)	(2.074)
Contribuição social corrente	(304)	(873)	(1.430)
Total	(1.345)	(3.327)	(3.504)
<u>Impostos diferidos</u>			
	(2)	609	551
Total imposto de renda e contribuição social	(1.347)	(2.718)	(2.953)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	6.280	12.474	10.009
Juros sobre capital próprio	(1.252)	(2.398)	(1.750)
Participação dos empregados	(445)	(711)	(638)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.583	9.365	7.621
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(2.062)	(4.214)	(3.048)
<u>Exclusões (adições):</u>			
Outros	717	887	(456)
Imposto de renda e contribuição social	(1.345)	(3.327)	(3.504)

c. Movimentação dos os créditos tributários:

Descrição	Saldo Inicial 31/12/2014	Constituição (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Imposto de renda			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.550	341	1.891
Provisão para contingências	100	14	114
Outras provisões	316	86	402
Créditos Tributários de IRPJ	1.966	441	2.407
Contribuição social			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	959	114	1.073
Provisão para contingências	60	27	87
Outras provisões	218	28	246
Créditos Tributários de CSLL	1.238	169	1.406
Total de Créditos tributários de CSLL e IRPJ	3.204	609	3.813

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração da Financeira acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2015 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>TOTAL</u>
<u>Créditos Tributários de Imposto de Renda</u>				
Diferenças Temporária	522	731	1.154	2.407
Valor Presente	455	560	774	1.789
<u>Créditos Tributários de Contribuição Social</u>				
Diferenças Temporária	321	421	664	1.406
Valor Presente	281	322	446	1.049

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 14,25% (Selic).

23. Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basiléia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 11% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basiléia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2015 atingiu 16,27%, representativo do Conglomerado Financeiro Barigüi, atendendo preceitos regulamentares.

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Patrimônio de referência	45.238	39.201
Índice de Basiléia BACEN	<u>16,27%</u>	<u>15,30%</u>

24. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Financeira conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco, composto pelos membros de sua Diretoria e presidido pelo Diretor Presidente. O assunto tem merecido a devida atenção daquele Colegiado, por sua relevância, envolvendo os riscos: Operacional, de Mercado/Liquidez, de Crédito e Gerenciamento de Capital, na forma da regulamentação baixada pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Cada um deles conta com diretor responsável, devidamente registrado no Bacen, e são emitidos relatórios individualizados anualmente. O Manual de Procedimentos Internos, em seus diversos módulos, onde estão descritas todas as rotinas dos negócios praticados na entidade, contempla tópico específico sobre a matéria em questão, e tem sido alvo de atualizações, mantendo-se, dessa forma, a participação dos diversos setores internos da Financeira no controle e gerenciamento dos riscos, a partir da base das operações cursadas.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Visando a mitigação do Risco de Crédito, a Financeira atua continuamente no acompanhamento dos processos das atividades próprias de crédito, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de crédito, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito.

b. Risco operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Financeira deu continuidade aos seus esforços para o fortalecimento de seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes, internas e externas, e as medidas de segurança para regular funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Estão ainda embutidas nos serviços próprios ações que podem ser classificadas como preservação de reputação e imagem.

c. Risco de mercado

Os riscos de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas da Financeira com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, a Financeira emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação de investimentos.

d. Risco de liquidez

O fundamento principal é a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

e. Risco de gerenciamento de capital

Avaliação permanente da necessidade de capital da Financeira para fazer face aos riscos que está sujeita, inclusive a necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basiléia. A Financeira realiza testes de estresse, aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que levem a Financeira a suportar os efeitos assim levantados.

O gerenciamento em questão atende não só a Financeira como a sua controlada, Barigui Cia. Hipotecária, ambas integrantes do Conglomerado Financeiro Barigüi.

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento de risco operacional está registrada no endereço eletrônico: www.bariguicredito inteligente.com.br > institucional > gerenciamento de riscos.

25. Evento subsequente

- a) Em maio de 2016 a Barigui Companhia Hipotecária efetuou a venda de parte da sua carteira de crédito, no valor de R\$ 19.265 para a Barigui Securitizadora S.A.
- b) Em junho de 2016, em conformidade com a Assembleia Geral de Cotistas do Fundo, realizada em 22 de junho de 2016 (“AGC”), foi aprovada a liquidação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (“FIDC”), nos termos do seu Regulamento, com a consequente extinção de suas cotas.

26. Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Essas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em reunião no dia 14 de dezembro de 2016.

Curitiba (PR), 14 de dezembro de 2016

DIRETORIA

RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO
Diretor Presidente

PAULO DE PAULA ABREU
Diretor Superintendente

EVALDO LEANDRO PERUSSULO
Diretor Executivo

MARIA TERESA FORNEA
Diretora Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

IVO LUIZ ROVEDA
Presidente

ENIO FORNEA JÚNIOR
Vice Presidente

FELIX ARCHANJO BORDIN
Conselheiro

ANTÔNIO BORDIN NETO
Conselheiro

PAULO DE PAULA ABREU
Conselheiro

RODRIGO O.DE ARAÚJO PINHEIRO
Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICA

CRISTIANE APARECIDA DAMRAT
Contadora CRC PR 063966/O-2